



NEOENERGIA ITABAPOANA TRANSMISSÃO DE ENERGIA S.A.

CNPJ nº 28.439.049/0001-64 | Companhia Fechada | Companhia do Grupo Neoenergia S.A.

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO 2023

MENSAGEM DA ADMINISTRAÇÃO

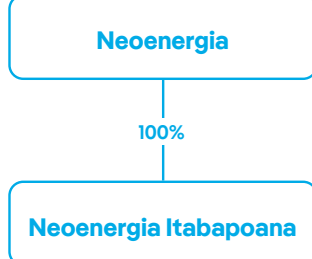
Prezados Acionistas,
Ao apresentar os resultados de 2023, a Neoenergia Itapoana Transmissão de Energia S.A. reafirma seus princípios de sustentabilidade corporativa, sempre na busca do equilíbrio entre prosperidade econômica, responsabilidade ambiental e progresso social, com base em uma gestão eficiente, íntegra e ética.

1. A NEOENERGIA ITABAPOANA TRANSMISSÃO DE ENERGIA S.A.

A Neoenergia Itapoana Transmissão de Energia S.A. ("Companhia"), controlada pela Neoenergia S.A., tem por objeto social desenvolver, dentre outras, atividades de estudo, planejamento, projeção, construção, operação, manutenção e exploração de sistemas de transmissão de energia elétrica, linhas, subestações e centros de controle, bem como da respectiva infraestrutura e serviços ligados a essas atividades.

1.1. Estrutura Societária

Em 31 de dezembro de 2023, a estrutura societária da Companhia era a seguinte:



2. DESEMPENHO OPERACIONAL

Em 20 de dezembro de 2018, a Companhia venceu o leilão ANEEL 04/2018 adquirindo o direito de construir, instalar e manter as seguintes Linhas de Transmissão e Subestações: no estado do Rio de Janeiro, pelo primeiro e segundo circuito da Linha de Campos 2 - Mutum, em 500 kV, circuito duplo, com extensão aproximada de 227km, com origem na Subestação Campos 2 e término na Subestação Mutum. A Companhia está em fase de construção e durante este período não há fluxo financeiro de entrada da RAP, que se iniciará quando a Companhia entrar em operação comercial. A Receita Anual Permitida (RAP) é de R\$ 69.100, corrigida anualmente pelo Índice de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA e o prazo de concessão é de 30 anos.

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 2022

(Valores expressos em milhares de reais, exceto pelos valores de lucro por ação)

	Notas	2023	2022
Receita operacional líquida	3	175.966	387.683
Custos		(239.816)	(300.663)
Custos de construção	4	(237.651)	(299.118)
Custos dos serviços	5	(2.165)	(1.545)
(Prejuízo) lucro bruto		(63.850)	87.020
Outras receitas (despesas) gerais e administrativas	5	(1.889)	(790)
(Prejuízo) lucro operacional		(65.739)	86.230
Resultado financeiro		(50.132)	(50.547)
Receitas financeiras	6	7.146	11.690
Despesas financeiras	6	(53.465)	(43.325)
Outros resultados financeiros, líquidos	6	(3.813)	(8.912)
(Prejuízo) lucro antes dos tributos		(115.871)	35.683
Tributos sobre o lucro		39.653	(12.133)
Diferido	7.1.1	39.653	(12.133)
(Prejuízo) lucro do exercício		(76.218)	23.550
Lucro básico e diluído por ação do capital - R\$:	13.2	(0,25)	0,12

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO ABRANGENTE EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 2022

(Valores expressos em milhares de reais, exceto pelos valores de lucro por ação)

	2023	2022
(Prejuízo) lucro líquido do exercício	(76.218)	23.550
Outros resultados abrangentes		
Itens que serão reclassificados para o resultado:		
Hedge de fluxo de caixa	829	(829)
Tributos diferidos sobre resultados abrangentes	(282)	282
Total dos itens que serão reclassificados para o resultado	547	(547)
Outros resultados abrangentes do exercício, líquido dos tributos	547	(547)
Resultado abrangente do exercício	(75.671)	23.003

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 2022

(Valores expressos em milhares de reais)

	Reservas de lucros					Lucros acumulados	Total do patrimônio líquido
	Capital social	Reserva legal	Reserva de lucros a realizar	Reserva especial de dividendos não distribuídos	Outros resultados abrangentes		
Saldos em 31 de dezembro de 2022	305.536	3.994	53.513	5.592	16.780	(547)	384.868
Aumento de capital	123.000	-	-	-	-	-	123.000
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	(76.218)	(76.218)
Outros resultados abrangentes	-	-	-	-	-	547	547
Destinação do lucro:	-	-	-	-	-	-	-
Reserva legal	-	(333)	-	-	-	-	333
Reserva de lucros a realizar	-	-	(53.513)	-	-	-	53.513
Reserva especial de dividendos não distribuídos	-	-	-	(5.592)	-	-	5.592
Reserva de retenção de lucros	-	-	-	-	(16.780)	-	16.780
Saldos em 31 de dezembro de 2023	428.536	3.661	53.513	-	-	-	432.197
Saldos em 31 de dezembro de 2022	38.082	2.816	53.513	-	-	-	94.411
Capital integralizado	267.454	-	-	-	-	-	267.454
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	23.550	23.550
Outros resultados abrangentes	-	-	-	-	-	(547)	(547)
Destinação do lucro:	-	-	-	-	-	-	-
Reserva legal	-	1.178	-	-	-	-	(1.178)
Reserva especial de dividendos não distribuídos	-	-	-	5.592	-	-	(5.592)
Reserva de retenção de lucros	-	-	-	-	16.780	-	(16.780)
Saldos em 31 de dezembro de 2022	305.536	3.994	53.513	5.592	16.780	(547)	384.868

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 2022

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

Constituída em 7 de abril de 2017, a Neoenergia Itapoana Transmissão de Energia S.A. ("Companhia"), com sede e foro na cidade de Campinas, Estado de São Paulo, é uma sociedade anônima de capital fechado, subsidiária integral da Neoenergia S.A., que tem por objeto social principal desenvolver, operar e explorar a concessão de serviço público de transmissão de energia elétrica para a construção, montagem, operação e manutenção de instalações de transmissão de energia do sistema interligado nacional. Em 20 de dezembro de 2018, a Companhia venceu o leilão ANEEL 04/2018 adquirindo o direito de construir, instalar e manter as seguintes Linhas de Transmissão e Subestações: no estado do Rio de Janeiro, pelo primeiro e segundo circuito da Linha de Campos 2 - Mutum, em 500 kV, circuito duplo, com extensão aproximada de 227km, com origem na Subestação Campos 2 e término na Subestação Mutum. A Companhia apresentou capital circulante negativo no exercício de 2022, pelo fato de estar em fase de construção, recebendo aportes da controladora para cumprir estas obrigações, e durante este período não há fluxo financeiro de entrada da RAP, que se iniciará quando a Companhia entrar em operação comercial, previsto no contrato de concessão com a ANEEL para março de 2024. A receita anual permitida (RAP) prevista é de R\$69.100 (data de referência: julho de 2018), corrigida anualmente pelo Índice de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA e o prazo de concessão é de 30 anos, a partir da data de assinatura do contrato de concessão, datado dia 22/03/2019. **1.1. Gestão de riscos financeiros e operacionais:** A Política de Riscos Financeiros se aplica a todos os negócios e atividades da Companhia que geram exposição a riscos financeiros, incluindo diretrizes e limites específicos para gerenciamento de risco cambial, risco de taxas de juros e índices de preços, assim como a utilização de instrumentos derivativos para proteção. A Política de Risco Operacional em Transações de Mercado estabelece o controle e gestão dos riscos nas transações de longo e curto prazo de gestão de energia e tesouraria. **1.1.1. Gestão de riscos financeiros: Considerações gerais e políticas internas:** A Política de Gestão de Risco do Grupo Neoenergia foi aprovada pelo Conselho de Administração e define os princípios, diretrizes e estrutura para gestão de riscos do Grupo Neoenergia, incluindo, mas não se limitando, a gestão dos riscos operacionais e financeiros, com destaque para os riscos de mercado e crédito, além de diretrizes sobre a utilização de derivativos, cuja utilização para fins especulativos é expressamente proibida. Este sistema de gerenciamento de riscos está aderente ao modelo do atual acionista controlador e sua política global de riscos. A estrutura organizacional de controle de gerenciamento de riscos de mercado do Grupo Neoenergia é composta pelo Conselho de Administração, Diretoria Executiva Colegiada, Diretoria Financeira, Superintendência de Gestão de Risco, Comitê de Auditoria, além das estruturas de Auditoria Interna e de Controles Internos. A Superintendência de Riscos define as estratégias de mitigação de riscos de mercado envolvendo outras exposições e derivativos, enquanto a Superintendência Corporativa Financeira é responsável pela execução das operações que envolvam derivativos. A independência entre as áreas garante um controle efetivo sobre estas operações. A aprovação de operações envolvendo derivativos é realizada por alçada competente conforme Política de Limites e Alçadas do Grupo Neoenergia e estatuto da Companhia. As principais diretrizes em relação a estratégias de hedge, são: - Todo instrumento de dívida denominado ou indexado à moeda estrangeira deverá ser protegido e convertido para Reais por meio de operações de hedge; - O risco de câmbio deverá ser controlado e mitigado para todos os projetos de investimento, independentemente do valor; - Instrumentos não-divida com desembolsos sujeitos a exposição cambial deverão ser avaliados e, se considerado necessário, deverão ser realizadas operações de hedge para mitigar o risco cambial; - Avaliar o risco das dívidas em moeda local e se considerado necessário, contratar operações de hedge para mitigar o risco de taxa de juros, de acordo com o perfil desejado das dívidas pré-fixadas e flutuantes e considerando tanto a indexação natural a índices de preços nas receitas e custos quanto a composição de índices de juros que remuneram carteira de aplicações; - Não é permitida a contratação de derivativos para fins especulativos. Sua utilização é dedicada exclusivamente para fins de hedge; e - Não é permitida a contratação de derivativos "exóticos" nem "alavancados". A estratégia da Companhia foi desenvolvida através da visão integrada dos riscos aos quais está exposta, considerando não apenas o risco de mercado, gerado pelas possíveis mudanças nos preços e cotações das variáveis ativas e passivas nas quais mantêm posições, e o risco de liquidez, mas também o risco de crédito, proveniente de obrigações assumidas por terceiros para com a Companhia, entre outros.

3. ATIVOS EM CONSTRUÇÃO

3.1. Linhas de transmissão em construção

Projeto Linhas de Transmissão - Características Físicas					
Linha de Transmissão	Circuito	Tensão (kV)	Extensão (km)	Início Operação Comercial	Vencimento da Outorga
LT 500 kV Campos 2 - Mutum	2	500 kV	227	31/03/2024	22/03/2049

4. EVOLUÇÃO FÍSICA E INVESTIMENTOS

A Companhia acompanha a evolução dos investimentos como um todo e por isso o percentual de evolução e volume de CAPEX são feitos por Lote, conforme apresentado a seguir:

Projeto Linhas de Transmissão - Evolução Física e Investimentos				
Linha de Transmissão	Evolução Física em 31/12/2022	Investimento Realizado no exercício findo em 31/12/2022 (R\$ mil)	Evolução Física em 31/12/2023	Investimento Realizado no exercício findo em 31/12/2023 (R\$ mil)
LT 500 kV Campos 2 - Mutum	85%	299.118	98%	184.023

A RAP da Companhia é associada, ou seja, somente será liberada no momento em que a obra for completamente finalizada.

5. RECEITA ANUAL PERMITIDA

A RAP - receita anual permitida é o valor em reais (R\$) que a Companhia terá direito pela prestação de serviço público de transmissão, aos usuários, a partir da entrada em operação comercial das instalações de transmissão. A RAP homologada para a Companhia é de R\$69.100.000,00 e será atualizada anualmente via IPCA.

Projeto Linhas de Transmissão - Características Financeiras

Linha de Transmissão	Propriedade (%)	RAP (R\$ mil)	RAP Proporcional (R\$ mil)*	Ano de Degradação da RAP	Mês base	Índice de Correção
LT 500 kV Campos 2 - Mutum	100%	69.100	69.100*	2024	Junho	IPCA

*A RAP da Companhia é associada, ou seja, somente será liberada no momento em que a obra for completamente finalizada.

6. DESEMPENHO ECONÔMICO-FINANCEIRO

Os comentários da Administração sobre o desempenho econômico-financeiro e o resultado das operações devem ser lidos em conjunto com as demonstrações contábeis e notas explicativas.

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 2022

(Valores expressos em milhares de reais, exceto pelos valores de lucro por ação)

	2023	2022
Fluxos de caixa das atividades operacionais		
Lucro líquido do exercício	(76.218)	23.550
Ajustado por:		
Tributos sobre o lucro	(39.653)	12.133
Resultado financeiro, líquido	50.132	50.547
Amortização	20	10
Alterações no capital de giro:		
Concessão serviço público (ativo contratual)	(189.493)	(421.376)
Fornecedores, contas a pagar a empreiteiros e contratos de convênio	26.701	(79.081)
Salários, benefícios a empregados e encargos a pagar, líquidos	813	373
Outros tributos a recuperar, líquidos	17.375	35.547
Provisões, liquidadas dos depósitos judiciais	(648)	(9.181)
Outros ativos e passivos, líquidos	(5.314)	30.840
Caixa consumido pelas operações	(216.307)	(356.638)
Rendimentos de aplicações financeiras	6.859	11.667
Encargos de dívidas pagas	(21.787)	-
Instrumentos derivativos pagos, líquidos	(22.945)	-
Caixa consumido pelas atividades operacionais	(254.180)	(344.971)
Fluxo de caixa das atividades de investimentos		
Aquisição de imobilizado e intangível	(480)	(513)
Aplicação de títulos e valores mobiliários	(28.289)	-
Resgate de títulos e valores mobiliários	230	-
Caixa consumido nas atividades de investimento	(28.539)	(513)
Fluxo de caixa das atividades de financiamentos		
Captação de empréstimos e financiamentos	173.000	200.000
Pagamento dos custos de captação	(4.537)	-
Pagamento de principal dos empréstimos e financiamentos	(213.922)	-
Depósitos em garantias	25.232	(25.231)
Instrumentos derivativos recebidos, líquidos	1.676	-
Aumento de capital	123.000	267.454
Caixa gerado nas atividades de financiamentos	104.449	442.223
(Redução) aumento de caixa e equivalentes de caixa no exercício	(178.270)	96.739
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	178.747	82.008
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	477	178.747
Transações que não envolveram caixa:		
Adições e reversões, liquidadas e atualizações de provisões capitalizadas	3.905	5.823

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

6.1. Resultado Econômico-Financeiro

DRE (R\$ mil)	2023		2022		Variação	
	R\$	%	R\$	%	R\$	%
Receita líquida	175.966		387.683		(211.717)	-55%
MARGEM BRUTA	175.966	387.683	(211.717)	(55%)		
Custos de construção	(237.651)	(299.118)	61.467	-21%		
Custos dos serviços	(2.165)	(1.545)	(616)	40%		
Outras receitas (despesas) gerais e administrativas	(1.873)	(780)	(1.093)	140%		
= Despesa Operacional	(241.685)	(301.443)	59.758	-20%		
EBITDA	(65.719)	86.240	(151.959)	-176%		
Depreciação	(20)	(10)	(10)	100%		
Resultado Financeiro	(50.132)	(50.548)	416	-1%		
IR/CS	(1,873)	(12,133)	51,786	-427%		
LUCRO LÍQUIDO	(76.218)	23.549	(99.767)	-424%		

A Margem Bruta e as Despesas Operacionais da Companhia no ano alcançaram R\$175.966 mil, -55% vs. 2022 e -R\$241.685 mil, -20% vs. 2022, respectivamente, explicadas pela evolução das obras de construção em relação ao período anterior. Como resultado dos efeitos descritos, o EBITDA encerrou o ano em -R\$65.719 mil, redução de 17,6%, em relação ao ano de 2022. O Resultado Financeiro Líquido foi negativo em R\$50.132 mil em 2023 (-1% vs. 2022). A variação é devida principalmente à redução de despesa com encargos financeiros sobre instrumentos de dívida, impactada pela variação do IPCA em relação ao ano anterior. Considerando os fatores acima mencionados, a Companhia registrou prejuízo no ano de 2023 de R\$76.218 mil, uma redução de 424% em relação ao ano anterior.

7. ESTRUTURA DE CAPITAL

7.1. Perfil da Dívida: Em dezembro de 2023, a dívida bruta da Companhia, incluindo empréstimos e encargos, foi de R\$584.497 mil (dívida líquida R\$555.716 mil), apresentando um aumento de 1% em relação a dezembro de 2022, quando a dívida bruta foi de R\$576.803 mil (dívida líquida R\$444.588 mil). Em relação a segregação do saldo devedor, a Companhia possui 94% da dívida contabilizada no longo prazo e 6% no curto prazo.

DISCLAIMER

Esse documento foi preparado pela Neoenergia Itapoana, visando indicar a situação geral e o andamento dos negócios da Companhia. O documento é propriedade da Neoenergia Itapoana e não deverá ser utilizado para qualquer outro propósito sem a prévia autorização escrita da Neoenergia Itapoana.

A informação contida neste documento reflete as atuais condições e nosso ponto de vista até esta data, estando sujeitas a alterações. O documento contém declarações que representam expectativas e informações da Neoenergia Itapoana sobre eventos futuros. Estas expectativas envolvem vários riscos e incertezas, podendo, desta forma, haver resultados ou consequências diferentes das aqui discutidos e antecipados, não podendo a Companhia garantir a sua realização. Todas as informações relevantes, ocorridas no período e utilizadas pela Administração na gestão da Companhia, estão evidenciadas neste documento e nas Demonstrações Financeiras.

BALANÇO PATRIMONIAL EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 2022

(Valores expressos em milhares de reais, exceto pelos valores de lucro por ação)

	Notas	2023	2022
Ativo			
Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	8	477	178.747
Títulos e valores mobiliários		28.304	-
Tributos sobre o lucro a recuperar	7.1.3	6.268	4.964
Outros tributos a recuperar		1.110	1.211
Concessão do serviço público (ativo contratual)	9	96.129	38.305
Adiantamento a fornecedores		605	909
Outros ativos		3.467	252
Total do circulante		136.360	224.395
Não circulante			
Tributos sobre o lucro a recuperar		3	-
Depósitos judiciais	12.1.c	17.356	16.038
Concessão do serviço público (ativo contratual)	9	1.059.672	923.593
Imobilizado		685	381
Intangível		406	253
Total do não circulante		1.078.124	940.265
Total do ativo		1.214.484	1.164.660
Passivo			
Circulante			



Para as emendas e normativos listados acima, a Companhia não identificou impactos significativos na aplicação inicial em suas demonstrações financeiras. Em relação aos demais normativos em discussão no IASB ou com data de vigência estabelecida em exercício futuro, a Companhia está acompanhando as discussões e até o momento não identificou a possibilidade de ocorrência de impactos significativos.

3. RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA

A composição da receita líquida por natureza e suas deduções, é conforme quadros a seguir:

	2023	2022
Remuneração do ativo contratual	114.239	79.850
Construção de infraestrutura da concessão ⁽¹⁾	79.663	347.349
Receita operacional bruta	193.902	427.199
(-) Deduções da receita bruta (nota 3.1)	(17.936)	(39.516)
Receita operacional líquida	175.966	387.683

⁽¹⁾ A variação na receita com construção de infraestrutura da concessão refere-se ao ocorrendo de Capex e postergação do recebimento da RAP, em decorrência de atrasos no processo de licenciamento ambiental por conta dos efeitos da pandemia.

3.1. Deduções da receita bruta

	2023	2022
Tributos		
PIS e COFINS - diferidos	(17.936)	(39.516)
Total	(17.936)	(39.516)

3.2. Política contábil: A receita é reconhecida quando o controle de cada obrigação de desempenho é transferido para o cliente e pode ser mensurada de forma confiável, que geralmente ocorre no ato da entrega do produto ou quando o serviço é prestado. A receita é mensurada pelo valor justo da contraprestação recebida ou a receber por cada obrigação de desempenho, considerando quaisquer estimativas de contraprestações variáveis, tais como restituições, concessões de preços, incentivos, bônus de desempenho, penalidades ou outros itens similares. A receita de construção de infraestrutura da concessão é reconhecida ao longo do tempo, de acordo com a satisfação das respectivas obrigações de desempenho estabelecidas entre o cliente e a Companhia, considerando o atendimento de um dos seguintes critérios estabelecidos pela norma: (i) o cliente recebe e consome simultaneamente os benefícios gerados; (ii) a obrigação de desempenho cria ou melhora o ativo que o cliente controla a medida que o ativo é criado ou melhorado; (iii) a obrigação de desempenho não cria um ativo com um uso alternativo para a entidade e a Companhia possui direito executável ao pagamento pelo desempenho concluído até a data presente. Esta receita corresponde aos custos de construção adicionados de uma margem bruta, destinada a cobrir os custos de gestão ou execução da construção dos ativos transmissão de energia elétrica. A receita de remuneração reflete o componente de financiamento do ativo contratual e é reconhecida ao longo do tempo baseado na taxa de remuneração do ativo contratual. Esta taxa é definida no início do projeto e não sofre alteração ao longo da vida do contrato (Veja nota 9 para mais informações). A Receita Anual Permissão (RAP) é revisada anualmente em função da inflação, conforme o índice de atualização previsto em cada contrato de concessão (IPCA). A parcela de reajuste relativa à variação desses índices é considerada como um componente de contraprestação variável e os efeitos resultantes da aplicação dos novos valores de RAP no modelo de cálculo do ativo contratual são imediatamente reconhecidos no resultado, no grupo de receita operacional. A Companhia observou as orientações do Ofício-Circular nº 04, divulgado pela CVM, na elaboração das Demonstrações Financeiras de 31 de dezembro de 2023 e 2022, com destaque para a necessidade de atribuição de margens para o reconhecimento das receitas de construção e de operação e manutenção da infraestrutura, bem como para a taxa utilizada para a remuneração dos contratos de concessão, que deve corresponder à taxa implícita remanescente de cada projeto, após a alocação das margens de construção e de operação e manutenção, com a adoção das seguintes políticas contábeis: I. Atribuição de margens de construção e de operação e manutenção no início de cada projeto para o reconhecimento das respectivas receitas. A taxa interna de retorno utilizada para viabilidade dos projetos de transmissão varia entre 13% a.a. e 18% a.a., nominal e antes dos impostos. II. A remuneração do ativo contratual é reconhecida pela taxa implícita estabelecida no início de cada projeto e que é obtida após a alocação das margens de construção e de operação. A taxa implícita que remunera o ativo de contrato varia entre 8% a.a. e 11% a.a.

4. CUSTOS DE CONSTRUÇÃO

	2023	2022
Pessoal e benefícios a empregados	(8.647)	(4.973)
Material	(48.797)	(104.636)
Serviços de terceiros	(174.151)	(172.758)
Outros	(6.056)	(16.751)
Total	(237.651)	(299.118)

5. CUSTOS DOS SERVIÇOS E DESPESAS GERAIS E ADMINISTRATIVAS

	2023	2022
Custo dos serviços		
Pessoal e benefícios a empregados	(1.997)	(1.591)
Serviços de terceiros	(12)	(151)
Depreciação e amortização	(4)	(16)
Provisão para processos judiciais	(-)	(27)
Impostos, taxas e contribuições	(3)	(38)
Outras receitas e despesas, líquidas	(11)	(66)
Total	(2.165)	(1.889)
Outras receitas (despesas) gerais e administrativas		
Total	(4.054)	(4.054)

	2023	2022
Custo dos serviços		
Pessoal e benefícios a empregados	(1.543)	(595)
Serviços de terceiros	(-)	(119)
Depreciação e amortização	(-)	(10)
Impostos, taxas e contribuições	(-)	(5)
Outras receitas e despesas, líquidas	(2)	(61)
Total	(1.545)	(790)

6. RESULTADO FINANCEIRO

	2023	2022
Receitas financeiras		
Renda de aplicações financeiras	6.859	11.667
PIS e COFINS sobre receita financeira	(373)	(585)
Atualização de depósitos judiciais	652	590
Outras receitas financeiras	8	18
Total	7.146	11.690

	2023	2022
Despesas financeiras		
Encargos sobre instrumentos de dívida	(51.574)	(43.112)
Encargos sobre mútuo	(944)	(-)
IOF	(598)	(-)
Outras despesas financeiras	(349)	(213)
Total	(53.465)	(43.325)

	2023	2022
Outros resultados financeiros, líquidos		
Perdas com variações cambiais e marcação a mercado - Dívida	1.757	(3.496)
Perdas com instrumentos financeiros derivativos - Nota 11.3.b	(6.979)	(46.682)
Ganhos com instrumentos financeiros derivativos - Nota 11.3.b	1.283	31.199
Perdas com variações cambiais e monetárias	(384)	(141)
Ganhos com variações cambiais e monetárias	510	298
Total	(3.813)	(18.912)

Resultado financeiro, líquido

	2023	2022
Resultado financeiro, líquido	(50.132)	(50.547)

7. TRIBUTOS SOBRE O LUCRO E OUTROS TRIBUTOS A RECOLHER

7.1. Tributos sobre o lucro: Os tributos sobre o lucro correntes e diferidos são representados pelo Imposto de Renda ("IRPJ") e pela Contribuição Social sobre o Lucro Líquido ("CSLL"), e são calculados com base na alíquota de 34% sobre o lucro antes dos impostos (IRPJ - 25% e CSLL - 9%), e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de CSLL, limitada a 30% do lucro real do exercício. **7.1.1. Reconciliação dos tributos reconhecidos no resultado:** A reconciliação dos tributos apurados conforme alíquotas nominais e o valor dos tributos reconhecidos estão apresentados a seguir:

	2023	2022
(Prejuízo) lucro antes dos tributos sobre o lucro	(115.871)	35.483
Tributos sobre o lucro às alíquotas da legislação 34%	39.396	(12.132)
Ajustes que afetaram o cálculo dos tributos sobre o lucro:		
Outras adições (reversões) permanentes	257	(1)
Tributos sobre o lucro	39.396	(12.133)
Alíquota efetiva	34%	34%
Diferido	39.653	(12.133)

7.1.2. Tributos sobre o lucro diferidos

	2023	2022
Ativo		
Provisão para participação nos lucros e resultados	211	170
Prejuízo fiscal e base negativa	58.099	39.562
Outros	211	390
Total diferenças temporárias - ativo	58.521	40.122

	2023	2022
Passivo		
Margem na construção e remuneração do ativo de contrato	(60.019)	(80.991)
Total diferenças temporárias - passivo	(60.019)	(80.991)
Tributos sobre o lucro diferidos, líquido	(1.498)	(40.869)

As variações dos tributos diferidos passivos são as seguintes:

	2023	2022
Saldo inicial do exercício	(40.869)	(29.018)
Efeitos reconhecidos no resultado	39.653	(12.133)
Efeitos reconhecidos nos outros resultados abrangentes	(282)	282
Saldo final do exercício	(1.498)	(40.869)

A Administração considera que os créditos fiscais diferidos ativos serão realizados na proporção da realização das provisões e da resolução final dos eventos futuros, ambos baseados nas projeções baseadas no planejamento estratégico. Em 31 de dezembro de 2023, a expectativa de realização dos ativos fiscais diferidos, reconhecidos, está apresentada como segue:

	Entre 2028 e 2032	Entre 2033 e 2037	Entre 2038 em diante
Ativo fiscal diferido	10.265	30.722	17.534

7.1.3. Tributos sobre o lucro a recuperar:

	2023	2022
Imposto de Renda - IR	6.271	4.964
Ativo	6.271	4.964
Circulante	6.268	4.964
Não circulante	3	-

7.1.4. Política contábil e julgamentos críticos: a) Política contábil: Os tributos sobre o lucro são reconhecidos no resultado do exercício, exceto para transações reconhecidas diretamente no patrimônio líquido. Os tributos sobre o lucro são calculados com base em alíquotas brasileiras e o seu reconhecimento é baseado nas diferenças temporárias entre o valor contábil e o valor para base fiscal dos ativos e passivos, e nos prejuízos fiscais apurados. Os tributos diferidos sobre o lucro ativo e passivo são compensados quando existir um direito legalmente executável de compensar os ativos fiscais contra os passivos fiscais e quando os impostos de renda diferidos ativos e passivos estiverem relacionados aos tributos sobre o lucro lançados pela mesma autoridade fiscal sobre a mesma entidade tributável. Os tributos diferidos ativos são reconhecidos nas demonstrações financeiras baseiam-se em estudos técnicos, preparados pela Administração, que suportam a expectativa de lucros tributáveis futuros. Esses estudos levam em consideração a análise dos resultados futuros, fundamentada por projeções econômico-financeiras, elaboradas com base em premissas internas e em cenários econômicos, comerciais e tributários que podem sofrer alterações no futuro. Os tributos diferidos passivos são imediatamente reconhecidos nas demonstrações financeiras. **b) Estimativas e julgamentos críticos:** Julgamentos, estimativas e premissas significativas são requeridas para determinar o valor dos impostos diferidos ativos que são reconhecidos com base no tempo e nos lucros tributáveis futuros. Os tributos diferidos ativos são reconhecidos considerando premissas e fluxos de caixa projetados e podem ser afetados por fatores incluindo, mas não limitado a: (i) premissas internas sobre o lucro tributável projetado, baseado no planejamento de produção e vendas, preços de commodities, custos operacionais e planejamento de custos de capital; (ii) cenários macroeconômicos; e (iii) comerciais e tributários. A Companhia também aplica julgamento contábil crítico na identificação de incertezas sobre posições tributárias sobre o lucro, que podem impactar as demonstrações financeiras. As incertezas sobre tratamento de tributos sobre o lucro representam os riscos de que a autoridade fiscal não aceite um determinado tratamento tributário aplicado pela Companhia. A Companhia estima a probabilidade de aceitação do tratamento fiscal incerto pela autoridade fiscal com base em avaliações técnicas de seus consultores jurídicos, considerando precedentes jurisprudenciais aplicáveis à legislação tributária vigente, que podem ser impactados principalmente por mudanças nas regras fiscais ou decisões judiciais que alterem a análise dos fundamentos da incerteza, de tal modo que podem surgir disputas com as autoridades fiscais em razão da interpretação das leis e regulamentos aplicáveis.

7.2. Outros tributos a recolher

	2023	2022
Imposto sobre Circulação de Mercadorias - ICMS	7.946	7.794
Programa de Integração Social - PIS ⁽¹⁾	19.073	15.973
Contribuição para o Financiamento da Seguridade social - COFINS ⁽¹⁾	87.855	73.151
Impostos e contribuições retidos na fonte	1.828	900
Outros	319	266
Total outros tributos a recolher	117.021	97.960
Circulante	2.733	1.608
Não circulante	114.288	96.352

⁽¹⁾Contempla o PIS e COFINS diferidos sobre as receitas de construção da infraestrutura de transmissão e da remuneração do ativo de contrato, que serão realizados até o término do contrato de concessão.

8. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	2023	2022
Caixa e depósitos bancários à vista	123	84
Certificado de Depósito Bancário (CDB)	-	31.494
Fundos de investimento	354	147.206
Total	477	178.747

As carteiras de instrumentos financeiros classificados como caixa e equivalentes de caixa são constituídas visando melhor rentabilidade e o menor nível de risco. A remuneração média dessas carteiras em 31 de dezembro de 2023 é de 100,5% em 31 de dezembro de 2022. A carteira de aplicações financeiras, em 31 de dezembro de 2023 e 2022, é constituída, principalmente por fundos de investimentos exclusivos do Grupo Neoenergia, compostos por diversos ativos, visando melhor rentabilidade com o menor nível de risco, conforme abaixo:

	2023	2022
Carteira		
Fundos exclusivos		
Operações compromissadas	354	178.663
Total	354	178.663

Os fundos de investimentos exclusivos da Companhia representam apenas veículos de propósito específico controlados pela Neoenergia S.A. para que o grupo diversifique seus investimentos visando melhor rentabilidade com o menor nível de risco. Os fundos estão sujeitos a obrigações restritas ao pagamento de serviços prestados pela administração dos ativos, à operação dos investimentos, como taxas de custódia, auditoria e outras despesas, inexistindo obrigações financeiras relevantes ou demandas judiciais ou extrajudiciais, bem como ativos dos cotistas para garantir essas obrigações.

9. CONCESSÃO DO SERVIÇO PÚBLICO (ATIVO CONTRATUAL)

A concessão da Companhia não é onerosa, portanto, não há obrigações financeiras fixas e pagamentos a serem realizados ao Poder Concedente. O contrato de concessão outorgado possui prazo de 30 anos e prevê a prorrogação da vigência, a critério exclusivo do Poder Concedente, mediante requerimento da concessionária. Em caso de extinção da concessão pelo advento do término do prazo contratual ou outra das hipóteses contratualmente previstas, operar-se-á a reversão, ao Poder Concedente, dos bens vinculados à infraestrutura vinculada à prestação do serviço, procedendo-se aos levantamentos, avaliações e determinação do montante de indenização devida à Companhia, observados os valores e as datas de sua incorporação ao sistema elétrico. Os ativos vinculados à infraestrutura da concessão, cujo direito à contraprestação está condicionado à satisfação de obrigação de desempenho, são classificados como Ativos de Contrato e apresentam os seguintes saldos no balanço patrimonial:

	2023	2022
Saldo do ativo contratual	1.155.801	961.898
Circulante	96.129	59.205
Não circulante	1.059.672	923.593

A movimentação do ativo contratual é como segue:

	2023	2022
Saldo inicial do exercício	961.898	534.699
Construção de infraestrutura de concessão	114.239	347.349
Remuneração do ativo contratual	79.664	79.850
Saldo final do exercício	1.155.801	961.898

9.1. Política contábil: O Contrato de Concessão de Serviço Público de Energia Elétrica celebrados entre a União (Poder Concedente - Outorgante) e a Companhia regulamentam a exploração dos serviços públicos de transmissão pela Companhia e estabelecem que de acordo com o contrato de concessão, a Companhia é responsável por transportar a energia dos centros de geração até os pontos de distribuição. Para cumprir essa responsabilidade, a Companhia possui duas obrigações de desempenho distintas: (i) construir e (ii) manter e operar a infraestrutura de transmissão. Ao cumprir essas duas obrigações de desempenho, a Companhia mantém sua infraestrutura de transmissão disponível para os usuários e em contrapartida recebe uma remuneração denominada Receita Anual Permissão (RAP), durante toda a vigência do contrato de concessão. Estes recebimentos amortizam os investimentos feitos nessa infraestrutura de transmissão. Eventuais investimentos não amortizados geram o direito de indenização do Poder Concedente (quando previsto no contrato de concessão), que recebe toda a infraestrutura de transmissão ao final do contrato de concessão. O direito à contraprestação por bens e serviços é condicionado ao cumprimento de obrigações de desempenho e, para o seu efetivo e passagem do tempo. Com isso, as contraprestações passam a ser classificadas como um ativo de contrato, e conforme o cumprimento das obrigações de desempenho são subsequentemente reclassificados para a conta a receber de clientes. A infraestrutura recebida ou construída da atividade de transmissão é recuperada através do fluxo de caixa de valores a receber garantidos pelo poder concedente relativa à RAP durante o prazo da concessão. Os valores da RAP garantidos são determinados pelo ONS conforme contrato e recebidos dos participantes do setor elétrico por ela designados pelo uso da rede de transmissão disponibilizada.

10. FORNECEDORES, CONTAS A PAGAR A EMPREITEIROS E CONTRATOS DE CONVÊNIO

	2023	2022
Total	54.871	28.296
Material e serviços	54.871	28.296
Fornecedores e contas a pagar de empreiteiros	-	19.139
Operações de desconto de título	-	9.157

Operações de desconto de títulos ou Risco sacado: Com o propósito de fortalecer as relações comerciais com seus fornecedores, a Companhia autoriza a realização de cessão de crédito junto a terceiros e, para os títulos cedidos, a Companhia realizará o pagamento destes diretamente ao seu detentor, na data de vencimento e montantes que foram anteriormente acordados com seus fornecedores originais (passivo original), não havendo postergação substancial de prazo pela Companhia ou incidência de juros sobre os títulos cedidos, garantias, ou existência de cláusulas contratuais que possam requerer vencimentos antecipados. A Companhia não possui influência sobre as negociações entre o fornecedor e a instituição financeira. Até 31 de dezembro de 2022, essas transações eram substancialmente operacionalizadas diretamente entre o fornecedor e as instituições financeiras, majoritariamente sob os Contratos de Convênio e Termo de Cessão de Recebíveis (em conjunto "Contrato de Convênio"), firmados entre a Companhia e instituição financeira, cujo pagamento do título cedido é realizado pela Companhia para instituição financeira. A partir do exercício de 2023, a Companhia não realizou este tipo de transação. Em 31 de dezembro de 2022, o valor das obrigações está apresentado como segue:

	2023	2022
Contrato de convênio		
Total	28.296	28.296
Circulante	28.296	28.296
Prazo médio de pagamento	-	184

10.1. Política contábil e julgamentos críticos: (a) Política contábil: Os fornecedores, contas a pagar e empreiteiro e obrigações a pagar de contratos de convênio são passivos financeiros mensurados ao custo amortizado (veja nota 15.4). A Companhia realiza a cessão de títulos altera substancialmente as principais características das condições comerciais anteriormente estabelecidas com o credor original. Se a cessão altera substancialmente as características qualitativas e quantitativas do passivo financeiro original (Fornecedores e contas a pagar a empreiteiros), a Companhia reconhece um novo passivo financeiro (Emprestimos e financiamentos), e reconhece eventual ganho/perda no resultado do exercício. Se o passivo original não foi substancialmente modificado e a contraparte recebedora do pagamento foi alterada, a Companhia reconhece um novo passivo financeiro ("Obrigações a pagar de contratos de convênio"). As cessões dos títulos que não alteram substancialmente as principais características das condições comerciais anteriormente estabelecidas com o fornecedor são classificadas na demonstração do fluxo de caixa como atividade operacional ou de investimento, a depender substancialmente da natureza do produto ou serviço adquirido. (b) Estimativas e julgamentos críticos: Para determinar se houve alteração substancial nas características qualitativas a Companhia avalia, principalmente, eventuais modificações nas garantias contratuais e/ou inclusão de cláusulas de default usualmente observadas em contratos de dívidas. No tocante as características qualitativas a Companhia avalia se houve modificação do prazo de pagamento superior a 3 (três) vezes o prazo usual negociado para fornecedores da mesma categoria e se houve alteração maior do que 10% no valor justo do passivo em relação às condições originais.

11. EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS E INSTRUMENTOS DERIVATIVOS

11.1. Dívida líquida: A Companhia avalia a dívida líquida com o objetivo de assegurar a continuidade dos seus negócios no longo prazo, sendo capaz de gerar valor ao seu acionista, através do pagamento de dividendos e ganho de capital. A dívida líquida é composta como segue:

	2023	2022
Empréstimos e financiamentos bancários	-	206.754
Agências de fomento	182.971	-
Mercado de capitais	401.526	370.049
Empréstimos e financiamentos	584.497	576.803
(-) Instrumentos financeiros derivativos	(-)	16.402
(-) Caixa e equivalentes de caixa (nota 8)	(477)	(178.747)
(-) Títulos e valores mobiliários	(28.304)	(-)
Dívida líquida	555.716	414.458

11.2. Empréstimos e financiamentos: As dívidas da Companhia são compostas por recursos captados, principalmente, através de empréstimos bancários e mercado de capitais (debêntures), principalmente denominadas em Real brasileiro ("R\$") e Dólar norte-americano ("US\$"). As dívidas são inicialmente registradas pelo valor justo, que normalmente reflete o valor recebido, líquido dos custos de transação (custos diretos de emissão) e dos eventuais valores nominais. Subsequentemente, as dívidas são reconhecidas pelo: (i) custo amortizado; ou (ii) valor justo por meio do resultado. A Companhia contratou derivativos para proteger a exposição às variações dos fluxos de caixa das dívidas denominadas em moeda estrangeira da Companhia, consequentemente mitigando substancialmente o risco de exposição cambial. **a) Saldos dos contratos por moeda**

	2023	2022
Denominados em R\$		
Indexados a taxas flutuantes	601.866	409.228
Denominados em US\$		
Indexados a taxas fixas	-	206.754
(-) Depósitos em garantia	-	(25.322)
(-) Custos de transação	(17.369)	(13.947)
Total	584.497	576.803

	2023	2022
--	------	------



14.3. Remuneração da administração (Pessoal-chave): Em 31 de dezembro de 2023 e 2022 não houve remuneração dos administradores da Companhia. Os honorários e benefícios dos diretores executivos são pagos e reconhecidos pelo acionista controlador Neoenergia S.A.

15. CLASSIFICAÇÃO E ESTIMATIVA DE VALOR JUSTO DOS INSTRUMENTOS FINANCEIROS

15.1. Classificação e mensuração dos instrumentos financeiros: A Companhia classifica os instrumentos financeiros de acordo com o seu modelo de negócio e finalidade para qual foram adquiridos. Os instrumentos financeiros estão classificados e mensurados como segue:

	2023		2022			
	CA	VJORA	VJR	CA		VJORA
Ativos financeiros						
Caixa e equivalentes de caixa	123	186	168	31.541	-	147.206
Outros ativos financeiros	4	-	28.304	16	-	-
	127	186	28.472	31.557	-	147.206
Passivos financeiros						
Fornecedores e contas a pagar de empreiteiros e operações de desconto de títulos	54.871	-	354	28.296	-	-
Empréstimos e financiamentos	584.497	-	-	576.803	-	-
Instrumentos financeiros derivativos	-	-	-	-	16.402	-
Outros passivos financeiros	8.801	-	-	9.049	-	-
	648.169	-	354	614.148	16.402	-

CA – Custo amortizado; VJORA – Valor justo por meio dos outros resultados abrangentes; VJR – Valor justo por meio do resultado.

15.2. Estimativa do valor justo: Para mensuração e determinação do valor justo, a Companhia utiliza vários métodos incluindo abordagens de mercado, de resultado ou de custo, de forma a estimar o valor que os participantes do mercado utilizariam para precificar o ativo ou passivo. Os ativos e passivos financeiros registrados a valor justo são classificados e divulgados de acordo com os níveis a seguir: **Nível 1** – Preços cotados (não ajustados) em mercados ativos, líquidos e visíveis para ativos e passivos idênticos que estão acessíveis na data de mensuração; **Nível 2** – Preços cotados (podendo ser ajustados ou não) para ativos ou passivos similares em mercados ativos; e **Nível 3** – Ativos e passivos cujos preços não existem ou que esses preços ou técnicas de avaliação são amparados por um mercado pequeno ou inexistente, não observável ou ilíquido. A análise do impacto caso os resultados reais sejam diferentes da estimativa da Administração está apresentada na nota 15.8 – análise de sensibilidade. **15.3. Instrumentos financeiros reconhecidos pelo valor justo (“VJR” ou “VJORA”):** O nível de mensuração dos ativos e passivos financeiros reconhecidos pelo valor justo estão demonstrados como segue:

	2023	2022
	Nível 2	Nível 2
Ativos financeiros		
Caixa e equivalentes de caixa	354	147.206
Títulos e valores mobiliários	28.304	-
	28.658	147.206
Passivos financeiros		
Instrumentos financeiros derivativos	-	16.402
	-	16.402

Não houve transferência de instrumentos financeiros entre os níveis de mensuração de valor justo. **15.4. Instrumentos financeiros reconhecidos pelo custo amortizado (“CA”):** Os instrumentos financeiros mensurados ao custo amortizado que em virtude do ciclo de longo prazo para realização, podem possuir o valor justo diferente do saldo contábil. Abaixo demonstramos o valor justo dos ativos e passivos financeiros reconhecidos a custo amortizado.

Empréstimos e financiamentos

Devido ao ciclo de curto prazo, pressupõe-se que o valor justo dos saldos de caixa e equivalentes de caixa, contas a receber de clientes, contas a pagar a fornecedores são iguais aos montantes mensurados ao custo amortizado (saldo contábil). **15.5. Política contábil:** A Companhia classifica seus ativos e passivos financeiros que são reconhecidos inicialmente a valor justo e subsequentemente mensurados, de acordo com as seguintes categorias: (i) Ativos financeiros: Ativos financeiros são geralmente classificados como mensurados ao custo amortizado, ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes ou ao valor justo por meio do resultado com base tanto: no modelo de negócios da entidade para a gestão dos ativos financeiros; quanto nas características de fluxo de caixa contratual do ativo financeiro, conforme segue: • Custo amortizado (CA): ativo financeiro cujo fluxo de caixa contratual resulta somente do pagamento de principal e juros sobre o principal em datas específicas e, cujo modelo de negócios objetiva manter o ativo com o fim de receber seus fluxos de caixa contratuais; • Valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA): ativo financeiro (instrumento financeiro de dívida) cujo fluxo de caixa contratual resulta somente do recebimento de principal e juros sobre o principal em datas específicas e, cujo modelo de negócios objetiva tanto o recebimento dos fluxos de caixa contratuais do ativo quanto sua venda; e • Valor justo por meio do resultado (VJR): todos os demais ativos financeiros. Esta categoria geralmente inclui instrumentos financeiros derivativos. Os instrumentos mensurados pelo CA e VJR estão suscetíveis ao reconhecimento das perdas de créditos esperados. De modo geral, as perdas de crédito esperadas dos instrumentos financeiros oriundos das operações da Companhia (ex: Contas a receber) são mensurados pelo método simplificado, a partir de uma matriz de provisão que a pondera as características dos instrumentos, idade do título, históricos de perdas e expectativa de perdas futuras. (ii) Passivos financeiros: Os passivos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo valor justo, líquido dos custos de transação incorridos e são subsequentemente mensurados pelo custo amortizado (exceto em determinadas circunstâncias, que incluem determinados passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado) e atualizados pelos métodos de juros efetivos e encargos. Qualquer diferença entre o valor captado (líquido dos custos da transação) e o valor de liquidação, é reconhecida no resultado durante o período em que os instrumentos estejam em andamento, utilizando o método de taxa efetiva de juros. As taxas pagas na captação do empréstimo são reconhecidas como custos da transação. **15.6. Métodos e técnicas de avaliação:** Os empréstimos alocados no nível 2 são baseados na abordagem de resultado e o valor justo, na dívida indexada por taxa fixa, é determinado a partir do fluxo de caixa descontado utilizando a curva dos títulos da Companhia. **15.7. Informações complementares sobre os instrumentos derivativos:** Em 31 de dezembro de 2023 não havia valor de margem depositado referente a posições com instrumentos financeiros derivativos. A Companhia possui instrumentos financeiros derivativos com objetivo de proteção econômica e financeira contra o risco de alteração nas taxas de câmbio. Os principais instrumentos utilizados são *swaps*. Todas as operações de derivativos dos programas de *hedge* da Companhia estão detalhadas nos quadros a seguir, que incluem informações sobre tipo de instrumento, valor de referência, vencimento, valor justo incluindo risco de crédito e valores a receber ou a pagar. Com o objetivo de avaliar a relação econômica entre o item protegido e o instrumento de *hedge*, a Companhia adota metodologia de teste de efetividade prospectivo através dos termos críticos do objeto e dos derivativos contratados, com o intuito de concluir se há a expectativa de que mudanças nos fluxos de caixa do item objeto de *hedge* e do instrumento de *hedge* possam ser compensados mutuamente. **Programa de hedge para desembolsos em dólar:** Com o objetivo de proteção econômica e financeira, a Companhia contrata operações de swap para converter para R\$ as dívidas e empréstimos denominados em US\$. Nestes swaps, a Companhia assume posição passiva em R\$ atrelado ao CDI e posição ativa em US\$ atrelado a taxas fixas. Este programa é

designado para contabilidade de *hedge* e classificados como *hedge* de fluxo de caixa, portanto mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes:

Swap US\$ pré vs R\$ pós	Valor de Vencimento		Valor justo
	referência 2022	(Ano)	
Ativo	US\$ 39.738	-	206.779
Passivo	R\$ 222.916	2023	(223.181)
Risco de crédito líquido			(16.402)

15.8. Análise de sensibilidade: A análise de sensibilidade estima o valor potencial dos instrumentos em cenários hipotéticos de stress dos principais fatores de risco de mercado que impactam cada uma das posições, mantendo-se todas as outras variáveis constantes. - Cenário Provável: Foram projetados os encargos e rendimentos para o exercício seguinte, considerando os saldos, as taxas de câmbio e/ou taxas de juros vigentes no mercado em 31 de dezembro de 2021. - Cenário II: Estimativa do valor justo considerando uma deterioração de 15% nas variáveis de risco associadas em relação ao cenário provável. - Cenário III: Estimativa do valor justo considerando uma deterioração de 30% nas variáveis de risco associadas em relação ao cenário provável. Para fins da análise de sensibilidade dos instrumentos financeiros derivativos a Companhia entende que há necessidade de considerar os passivos objetos de proteção, com exposição à flutuação das taxas de câmbio ou índice de preços e que se encontram registrados no balanço patrimonial. Como 100% das dívidas em moeda estrangeira estão protegidas por swaps, o risco de variação da taxa de câmbio é irrelevante, conforme demonstrado no quadro a seguir: A tabela abaixo demonstra a perda (ganho) devido a variação das taxas de juros que poderá ser reconhecida no resultado da Companhia no exercício seguinte, caso ocorra um dos cenários apresentados abaixo:

Operação	Inde-xador	Risco	Cotação	Expo-sição (Saldo/ Nocial)	Cenário Provável	Impacto Cenário (II)	Impacto Cenário (III)
Ativos financeiros							
Aplicações financeiras em CDI	CDI	Queda do CDI	11,65%	28.658	3.339	(501)	(1.002)
Passivos financeiros							
Dívida em IPCA	IPCA	Alta do IPCA	4,68%	(601.866)	(56.870)	(3.837)	(7.674)

16. EVENTOS SUBSEQUENTES

Em 8 de janeiro de 2024 houve o 3º desembolso advindo do contrato de financiamento firmado com o BNDES, no montante de R\$21.587.

MEMBROS DA ADMINISTRAÇÃO

DIRETORIA EXECUTIVA	
Fabiano Uchoas Ribeiro Diretor Presidente	Luciana Maximino Maia Diretora de Contabilidade
CONTADOR	
Tiago Donatti Furigo CRC-SP-338760/O-6	

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Acionistas e Administradores da Neoenergia Itabapoana Transmissão de Energia S.A. **Opinião:** Examinamos as demonstrações financeiras da Neoenergia Itabapoana Transmissão de Energia S.A. (“Companhia”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2023 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Neoenergia Itabapoana Transmissão de Energia S.A. em 31 de dezembro de 2023, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (“International Financial Reporting Standards - IFRS”), emitidas pelo “International Accounting Standards Board - IASB”. **Base para opinião:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Principais assuntos de auditoria:** Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras, e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos. *Concessão do serviço público - Ativo contratual:* Conforme divulgado nas notas explicativas nº 3 e nº 9 às demonstrações financeiras, a Companhia atua como prestadora de serviços, conforme contrato de concessão, sendo remunerada pela construção e implementação da infraestrutura de transmissão de energia elétrica, bem como pela manutenção e operação de referida estrutura. O reconhecimento do ativo contratual de acordo com o pronunciamento técnico CPC 47/IFRS 15 – Receita de Contrato com Cliente requer o exercício de julgamento significativo sobre o momento em que o cliente obtém o controle do ativo. Adicionalmente, a mensuração do progresso da Companhia em relação ao cumprimento da obrigação de performance satisfeita ao longo do tempo requer também o uso de estimativas e julgamentos significativos pela Diretoria para estimar os esforços ou insumos necessários para o cumprimento da obrigação de performance, tais como materiais e mão de obra, margens de lucros esperadas em cada obrigação de performance identificada e as projeções das receitas esperadas. Finalmente, por se tratar de um contrato de longo prazo, a identificação da taxa de desconto que representa o componente financeiro embutido no fluxo de recebimento futuro também requer o uso de julgamento por parte da Diretoria. Devido à relevância dos valores e do julgamento significativo envolvido na mensuração do progresso da Companhia em relação ao cumprimento da obrigação de performance satisfeita ao longo do tempo, nas margens de lucros e nas projeções das receitas esperadas, consideramos a mensuração do ativo contratual e da receita de contrato como um assunto significativo para a nossa auditoria. Nossos procedimentos de auditoria incluíram, dentre outros: (i) entendimento sobre o fluxo de reconhecimento do ativo

contratual e de suas respectivas receitas, por natureza; (ii) avaliação do desenho e da implementação e teste de efetividade operacional dos controles internos relevantes sobre o reconhecimento do ativo contratual e de suas respectivas receitas; (iii) entendimento dos critérios e premissas utilizados na determinação das margens de construção e operação e manutenção, bem como das taxas implícitas aplicadas aos fluxos de recebimento futuro; (iv) testes substantivos relacionados aos documentos comprobatórios das adições ao ativo de contrato, recálculo dos fluxos de recebimento futuro dos projetos de infraestrutura, recálculo das atualizações monetárias e da remuneração financeira dos ativos contratuais, em base amostral, a partir das condições contratuais estabelecidas e demais premissas utilizadas pela Companhia; e (v) avaliação das divulgações realizadas nas demonstrações financeiras à luz do pronunciamento contábil CPC 47/IFRS 15 – Receita de Contrato com Cliente. No decorrer da nossa auditoria, identificamos deficiências de controles internos relacionadas a determinados controles de tecnologia da informação que nos levaram a alterar a nossa abordagem de auditoria e a ampliar a extensão de nossos procedimentos substantivos planejados para obtermos evidências de auditoria suficientes e apropriadas. As deficiências mencionadas foram remediadas pela Companhia dentro do exercício. Com base nos procedimentos de auditoria efetuados, consideramos que as políticas de reconhecimento do ativo contratual e suas respectivas receitas são aceitáveis para suportar os julgamentos, estimativas e informações incluídas nas demonstrações financeiras como um todo. **Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor:** A Administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração, e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a esse respeito. **Responsabilidades da Administração pelas demonstrações financeiras:** A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo IASB, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando e divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta

as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração. • Concluímos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar a atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com a Administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos. Dos assuntos que foram objeto de comunicação com a Administração, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público. Rio de Janeiro, 6 de fevereiro de 2024

Deloitte.

DELOITTE TOUCHE TOHMATSU Auditores Independentes Ltda. CRC nº 2 SP 011609/O-8 “FRJ	Jônatas José Medeiros de Barcelos Contador CRC nº 1 RJ 093376/O-3
--	---

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil



Certificado por Editora Globo SA
04067191000160 Pub: 08/02/2024
A autenticidade deste documento pode ser conferida através do QR Code ou pelo link

<https://publicidadedelegal.valor.com.br/valor/2024/02/08/NEOITABAPOANA1574313308022024.pdf>
Hash: 1707334816e580984675f648d39f980c19ad4e72ee